

1820

Omar Mih

Sahara Ocidental, A Última Colónia De África

Representante da Frente POLISARIO em Portugal

Celebrou-se este ano de 2023, a 10 de maio, o 50º aniversário da criação da Frente POLISARIO - Frente Popular para a Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro, o movimento de libertação do Sahara Ocidental. Em 1973 o objetivo era lutar contra o colonialismo espanhol, num território do qual a Espanha se tinha apropriado em 1884, durante a Conferência de Berlim. Agora, cinco décadas depois, a FPOLISARIO continua a sua luta, mas contra o colonialismo marroquino. A independência chegará, acredita a FPOLISARIO, através de um referendo de autodeterminação no qual o povo saharauí possa expressar-se livremente sobre o que deseja para o seu futuro. É o que preconiza o Direito Internacional e é por esse dia que as e os saharauís continuam a bater-se.

O exemplo de Timor-Leste está sempre presente. A colónia portuguesa foi invadida pela vizinha Indonésia no último trimestre de 1975, exatamente a mesma altura na qual Marrocos invadiu o Sahara Ocidental. Mas com uma diferença importante: enquanto Portugal cortou relações diplomáticas com a Indonésia e ao reconhecer a vontade inquebrantável do povo timorense de ser independente, agiu clara e diplomaticamente para que o referendo fosse realizado pela ONU, a Espanha assinou um acordo ilegal com Marrocos e a Mauritânia entregando-lhes, respetivamente, o norte e o sul do Sahara Ocidental. A FPOLISARIO conseguiu derrotar militarmente a Mauritânia, que em 1979 se retirou do território e passou a reconhecer o

Estado saharauí. Marrocos aproveitou e ocupou também o sul do Sahara Ocidental. A Espanha nunca assumiu a sua responsabilidade enquanto potência administrante”, como o exigem a ONU e a própria ordem jurídica do Estado Espanhol (Resolução da Audiência Nacional nº 40/2014 de 4 de julho) e em 2022 o Presidente do governo traiu mais uma vez o povo saharauí ao apoiar oficialmente as pretensões marroquinas à soberania do território ocupado.

Em 24 de setembro do presente ano assinalam-se também 50 anos da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau, depois de uma visita oficial das Nações Unidas à então colónia portuguesa. Foi uma forma de o PAIGC reafirmar a sua confiança no futuro, negadas as negociações sempre solicitadas aos governos de Salazar e Marcelo Caetano. Dois anos depois, a 28 de novembro de 1975, foi a FRETILIN a proclamar unilateralmente a independência de Timor-Leste, um desafio à poderosa Indonésia, que já tinha iniciado as suas ações militares no território. Meses volvidos, a 27 de fevereiro de 1976, a Frente POLISARIO proclamou unilateralmente a República Árabe Saharaui Democrática (RASD), horas depois de ter saído do novo país – já ocupado – o último soldado espanhol. A RASD foi sendo reconhecida nos anos seguintes por 84 países e em 1984 foi admitida como membro de pleno direito da Organização de Unidade Africana (OUA), que em 2002 se transformou na União Africana (UA).

Três anos depois da sua criação, a FPOLISARIO enfrentava três enormes desafios: dirigia uma guerra contra dois ocupantes; organizava os acampamentos de refugiados no deserto argelino – único país cuja fronteira não era inimiga – para onde a população saharauí tinha fugido dos bombardeamentos (incluindo de fósforo e napalm) das forças militares marroquinas; e desenvolvia uma campanha diplomática pelo apoio à sua causa. Sem o envolvimento do povo saharauí isso não teria sido possível.

Para conter as ações militares saharauís, Marrocos construiu, entre 1981 e 1986, o maior muro erigido em tempos modernos no mundo: são 2.700 km de uma construção de areia, com mais de 20.000 km de arame farpado, ladeada por milhões de minas terrestres (proibidas pelas Convenções Internacionais e que já mataram pelo menos 2.500 pessoas), ainda hoje

controlada por 160.000 soldados marroquinos estacionados em 240 postos de artilharia. A oeste do muro ficou a terra ocupada, a leste o território libertado pela Frente POLISARIO. É mais um “muro da vergonha”, que deixou para Marrocos as cidades mais importantes, as terras com riquezas minerais e toda a costa, impedindo às forças saharauis o acesso ao mar.

Mas a derrota militar da Mauritânia e a continuação da luta armada contra Marrocos provocaram neste país pobre do norte de África, dirigido por um dos mais ricos monarcas do mundo, Mohamed VI, um enorme desgaste. De tal modo que em 1991, sob os auspícios da ONU e da OUA, a FPOLISARIO e Marrocos assinaram um cessar-fogo e acordaram na organização do referendo, que perguntaria ao povo saharauí se queria a integração no Reino de Marrocos ou a independência. Nessa altura a ONU enviou para o território a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO), que ainda lá continua. Foi preciso organizar os cadernos eleitorais, decidir quem teria legitimidade para votar no referendo - trabalho realizado sob supervisão das Nações Unidas, que durou até 2000, sempre perturbado por Marrocos, que queria incluir abusivamente no recenseamento cidadãos marroquinos. Quando viu o resultado do trabalho feito, o regime marroquino intuiu que a maioria dos votantes iria optar pela independência, e recusou o referendo.

A ONU tentou voltar às negociações, mas até 2020 elas não deram qualquer resultado, porque Marrocos rejeita ouvir a vontade do povo saharauí, e este quer ter direito a escolher o seu futuro político. Por causa deste impasse, e perante uma quebra do cessar-fogo por parte das forças marroquinas, a 23 de novembro de 2020, recomeçou a guerra. Por enquanto, é uma guerra de baixa intensidade, que se desenvolve ao longo do muro, mas provoca baixas de ambos os lados e não só militares – Marrocos tem utilizado drones para atacar e matar civis, saharauis, mauritanos e argelinos, que se deslocam por razões de sobrevivência entre as fronteiras.

Enquanto prossegue a guerra, as famílias saharauis continuam geograficamente divididas: em parte mantêm-se há mais de uma geração nos acampamentos de refugiados na zona argelina de Tindouf. Outra parte ficou no território ocupado, onde sofrem quotidianamente a repressão das

autoridades marroquinas: discriminação, falta de trabalho, humilhações, prisão, tortura, julgamentos injustos e penas ilegais desproporcionadas, desaparecimentos forçados, assassinatos. Um terceiro grupo vive na diáspora, em vários países próximos, do norte de África e do sul da Europa (não em Portugal), e noutros lugares mais distantes. Em qualquer dos casos, de acordo com as circunstâncias, tentam preparar-se para no futuro fazerem parte da reconstrução do seu país.

O Sahara Ocidental situa-se no deserto, mas o território é rico em vários minérios, em particular fosfatos, e a longa costa é banhada por um mar riquíssimo em peixe, oferecendo também boas possibilidades de desenvolvimento turístico. Marrocos tem-se aproveitado destes recursos, o que é ilegal do ponto de vista do Direito Internacional. Isso mesmo já o disse por três vezes os Tribunais Geral e de Justiça da União Europeia (2016, 2018, 2021), que declarou ilegais os dois acordos comerciais – um deles sobre direitos de pesca - celebrados entre a UE e Marrocos, pelo facto de incluírem o território do Sahara Ocidental, sobre o qual Marrocos não tem soberania. Como a UE tem recorrido sempre destas sentenças, espera-se ainda em 2023 a decisão final do Tribunal, que já não será passível de recurso, não sendo crível que a o seu conteúdo mude. Estando o território sob ocupação, a exploração dos seus recursos tem de obter a autorização do povo saharauí, através de negociações com o seu representante, a Frente POLISARIO, disse em 2021 o Tribunal de Geral da UE.

É também a FPOLISARIO que administra os campos de refugiados da região de Tindouf, prefigurando e ganhando experiência para o que será um dia dirigir, já noutro contexto político (pluripartidário), um Estado independente. Há cinco campos, que correspondem a cinco distritos (wilayas). A cada um foi dado o nome de uma cidade do Sahara Ocidental ocupado: Smara, El Aiun, Auserd, Dakhla e Bojador. Cada campo está organizado em aldeias (dairas). Nesta região desértica, as condições de vida são muito difíceis, as atividades económicas possíveis são reduzidas, e uma grande parte da subsistência das pessoas tem de ser garantida através da ajuda humanitária internacional.

Na wilaya de Dakhla celebrou-se em janeiro de 2023 o 16º Congresso da Frente POLISARIO, que reelegeu o seu Secretário-Geral, Brahim Ghali que é, nesta fase de luta, por inerência, o Presidente da RASD. Seguiu-se a formação do governo saharauí, que conduz a guerra de libertação nacional, decide sobre a política externa e sobre a organização dos acampamentos de refugiados. Finalmente, foi eleito o Parlamento saharauí, no qual a proporção de mulheres tem vindo sempre a progredir: 42% nesta nova legislatura.

O Sahara Ocidental está tão perto de Portugal, e é tão desconhecido. O seu povo merece a solidariedade internacional, o apoio à sua luta. Lembramos o contributo efetivo que a Frente POLISARIO tem dado para que seja respeitado e aplicado o Direito Internacional, para que acabe o colonialismo em África. Acreditamos que a celebração de um referendo de autodeterminação justo, credível e livre proporcionará a paz e o desenvolvimento de que a região do Magrebe tanto necessita. É nesse futuro que estamos empenhados, desejando que chegue o mais rapidamente possível. Sozinhos não conseguiremos alcançá-lo, precisamos da clarividência e da força de toda a comunidade internacional.